



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ACESSIBILIDADE EM DOIS CENTROS DE ENSINO DE UMA IFES CATARINENSE PÚBLICA

Mariana Turnes D’Avila

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
marianatdavila@gmail.com

Marisa Nilson

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
isanilson80@gmail.com

Maria Luiza Gesser da Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
marialuiza285@yahoo.com.br

Elisete Dahmer Pfitscher

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
elisete.dahmer@ufsc.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral avaliar a sustentabilidade quanto a acessibilidade em dois Centros de Ensino de uma IFES Catarinense. A metodologia quanto ao objetivo é considerada exploratória e descritiva. No que se refere aos procedimentos trata-se de estudo de caso e quanto à abordagem do problema qualitativa. A trajetória metodológica divide-se em três fases. A primeira Revisão teórica onde são estudados os temas: sustentabilidade e responsabilidade social, acessibilidade, instituições de ensino superior e sistema de gestão ambiental - SICOGEA. Na segunda fase tem-se a Análise dos resultados, onde primeiramente apresenta-se um breve histórico da IFES pesquisada e após de cada Centro Pesquisado. Em continuidade apresenta-se o cálculo de sustentabilidade quanto a acessibilidade de cada Centro pesquisado e a terceira e última fase têm-se o Plano Resumido de Gestão Ambiental – 5W2H. No final conclui-se que a sustentabilidade do centro de ensino A foi considerada como fraca e no centro B como regular. Desta maneira, os centros devem se organizar para que possam melhorar o grau de sustentabilidade em relação às pessoas com deficiência. Para tanto, foi proposto o plano 5W2H, que visa melhorar o grau de sustentabilidade em relação à acessibilidade nos centros pesquisados.

Palavras-chave: Avaliação de Sustentabilidade. Dois Centros de Ensino. IFES Catarinense.

1 INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior, de acordo com a legislação vigente no país, é um direito dos cidadãos. Dessa forma, desde antes da década de 90, o Brasil avança para consolidar o processo de educação inclusiva no país. Esse comportamento segue uma tendência global, e no caso do Brasil é um compromisso com a Educação para Todos por meio de iniciativas do Estado (BRASIL, 1994).

O Brasil é signatário da Convenção ONU de setembro de 2007, este documento trata acerca dos direitos das Pessoas com Deficiência – PcD. O propósito desta Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as PcD e assim conseguir a promoção e o respeito pela sua dignidade, e define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de longo prazo, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. A respeito da acessibilidade, para cumprir esse acordo, a fim de possibilitar que as PcD vivam de forma independente, os Estados Partes devem tomar medidas apropriadas para assegurar às PcD o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, assim como a serviços diversos acessíveis ao público ou de uso público.

O termo acessibilidade pode ser definido como o cenário com condições de alcance para utilização por todas as pessoas, de modo seguro e sem auxílio externo, de espaços, de mobiliário, de equipamentos urbanos, de edificações, de transportes, entre outros, por pessoas com deficiência (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998). Logo, as universidades devem adaptar seus currículos e também suas práticas para estarem de acordo com novas demandas que dependem de acessibilidade. Para o sucesso da inclusão dessas demandas faz-se necessário discutir acerca da sustentabilidade e da acessibilidade.

Neste sentido, o ensino em geral deve alinhar suas diretrizes e incorporar esta temática em suas discussões. Como a própria constituição liga esse ponto à qualidade de vida dos indivíduos, a acessibilidade torna-se parte integrante na discussão acerca da sustentabilidade, visto que neste entendimento está diretamente ligada a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Neste contexto, as instituições de ensino, de todos os níveis, devem ser precursoras no objetivo de alcançar a inclusão e acessibilidade de todos, não só adaptando suas estruturas físicas, mas também rompendo as barreiras psicológicas por parte de toda comunidade.

A legislação vigente no Brasil assegura a todas as pessoas o direito de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e ao lazer. Desse modo, as necessidades de todos devem ser identificadas para que possam, em seguida, serem sanadas (ANDRADE et al., 2007). A respeito da inclusão nas instituições de ensino, Ferreira (2007) coloca que inclusão não é o simples fato de inserir a pessoa com deficiência dentro do sistema de ensino, mas sim preparar o ambiente para recebê-la. Desta forma, as instituições de ensino, de todos os níveis, devem buscar e alcançar a inclusão e acessibilidade de todos, reestruturando seus espaços físicos, bem como rompendo as barreiras psicológicas por parte de toda comunidade em que estiver inserida. Para suprir estas demandas, ouvir a realidade de pessoas com deficiência se apresenta como ferramenta, para soluções dessas barreiras existentes. Nesse contexto, tem-se como objetivo de pesquisa avaliar a sustentabilidade quanto à acessibilidade em dois Centros de Ensino de uma IFES Pública Catarinense quanto à percepção de acadêmicos com deficiência.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa trata-se de estudo de caso, onde foi entrevistada uma acadêmica com deficiência que frequenta dois centros de ensino da IFES pesquisada. Assim, de acordo com

Gil (2010), sob o ângulo da metodologia da pesquisa este trabalho caracteriza-se quanto aos objetivos como sendo descritivo e exploratória, uma vez que são realizados: (i) levantamento bibliográfico; e (ii) entrevista e questionário. A pesquisa descritiva, segundo Richardson (2009, p. 71) “são estudos que se propõem a investigar ‘o que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.” Neste contexto os pesquisadores se preocuparam em elencar as práticas de sustentabilidade e a acessibilidade na entidade. De acordo com Gil as pesquisas exploratórias (2010, p. 27), “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”.

No que se refere à tipologia dos procedimentos de pesquisa, define-se como pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, pois inicialmente realiza-se o levantamento e a coleta das informações para o estudo em fontes como artigos, revistas, sítios eletrônicos, livros, entre outros. Segundo Gil (2010), o problema de pesquisa está abordado de forma qualitativa, pois tem como foco descrever o atual *status quo* da acessibilidade fornecida pelo centro de ensino.

A obtenção dos dados necessários para efetuar a análise é feita por meio de questionário e a análise dos dados por meio do SICOGEA – Geração 2, com a finalidade de constatar aspectos ambientais dos centros pesquisados. Assim, optou-se pela aplicação de um questionário junto a uma pessoa com deficiência, neste caso uma cadeirante e acadêmica da IFES pesquisada. Em primeiro plano o questionário apresenta um quadro com várias questões, com escala tipo Likert, adaptada a percentuais. Além da referida escala, para cada questão foi estabelecido uma pontuação (pontos possíveis), onde o 1 corresponde a nota mais baixa e 5 a nota máxima. A pontuação foi atribuída por meio da percepção dos pesquisadores, de quais aspectos apresentam maior relevância para rotina de pessoas com deficiência. Como pode ser visualizado no Quadro 1:

Quadro 1 – Modelo de planilha de cálculo do SICOGEA gerações 2 e 3

PERGUNTAS		Modelo de Planilha						Pontos Possíveis	Escore	Pontos Alcançados
		0%	20%	40%	60%	80%	100%			
		0	1	2	3	4	5			
Grupo	1			X				1	40%	0,4
	2				X			1	60%	0,6
	3						X	2	100%	2
	4					X		2	80%	1,6
	5						X	5	100%	5
Total								11		9,6

Fonte: Nunes (2010);Uhlmann (2011).

O cálculo da sustentabilidade, portanto, fica vinculado à ponderação definida, ao percentual que a organização atingiu para cada elemento e à relação entre pontos possíveis (definidos pelo pesquisador) e pontos alcançados (respostas dos entrevistados). A interpretação do desempenho ambiental segue as diretrizes apresentadas no

Quadro . Conforme a pontuação obtida é possível enquadrar o desempenho da sustentabilidade em uma das categorias apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental segundo as gerações 2 e 3 do SICOGEA

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia.
Inferior a 20%	Péssima – ‘P’	Pode estar causando grande impacto ao meio ambiente.
Entre 21 e 40%	Fraca – ‘F’	Pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas.
Entre 41 e 60%	Regular – ‘R’	Atende somente à legislação.
Entre 61 e 80%	Boa – ‘B’	Além da legislação, surgem alguns projetos e atitudes que buscam valorizar o meio ambiente.
Superior a 80%	Ótima – ‘O’	Alta valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Fonte: Nunes (2010) e Uhlmann (2011).

Depois de preenchido o quadro e atribuído o nível de satisfação para cada quesito, foi solicitado à respondente, que discorresse sobre as questões que julgasse relevante, e que, em sua opinião, apontasse suas maiores dificuldades ou os pontos positivos acerca do mesmo, para, desta forma, obter uma perspectiva sobre o contexto de acessibilidade oferecido pela instituição como todo.

Com base nos dados obtidos com as listas de verificação, elabora-se um plano resumido de gestão ambiental a fim de apresentar possíveis soluções a situação dos centros de ensino da IFES. Esse plano resumido de gestão ambiental é fundamental para que a utilização do método seja completa. O plano adotado é o 5W2H, este plano de gestão ambiental usa uma ferramenta de apoio, procura responder sete questões, as quais estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3 - Perguntas realizadas no planejamento 5W2H

Perguntas	Tradução
<i>What?</i>	O quê?
<i>Why?</i>	Por quê?
<i>When?</i>	Quando?
<i>Where?</i>	Onde?
<i>Who?</i>	Quem?
<i>How?</i>	Como?
<i>How much?</i>	Quanto custa?

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.99).

A pesquisa se limita em verificar e analisar a situação de acessibilidade de dois centros de uma IFES Catarinense. Acerca do instrumento de intervenção que embasa a construção deste trabalho, ressalta-se a limitação ao Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA-Geração 2).

3 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo expõe os conceitos gerais dos temas que são abordados na pesquisa tais como: responsabilidade social e sustentabilidade; acessibilidade; sistema de gestão ambiental (GAIA e SICOGEA); e instituições de ensino superior.

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

A responsabilidade social trata do comprometimento permanente da entidade em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento, melhorando simultaneamente, a qualidade de vida de seus usuários, assim como da comunidade onde esta inserida e ainda, se possível, da sociedade como um todo. A prática de responsabilidade social pode ser uma maneira de permitir melhores condições aos usuários. A ação social possibilita o reconhecimento demandado por cada sujeito, bem como a sublimação e a construção de identidade de projeto, isso no entendimento de Castells (1999).

Para Ashley (2002), a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativa e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade. Neste contexto, quaisquer atitudes que instituições exerçam e que venham a melhorar a qualidade de vida da sociedade atingida passam a ser ações de responsabilidade social.

Com a mesma linha de pensamento Donaire (1999 apud WISSMANN, 2002, p.35) afirma que a responsabilidade social é fundamentalmente um conceito ético que envolve mudanças nas condições de bem-estar e está ligada às dimensões sociais das atividades produtivas e suas ligações com a qualidade de vida na sociedade.

Em relação à sustentabilidade, não basta que as instituições de ensino atendam as disposições legais acerca do assunto, mas também que mostrem seu compromisso em atender as necessidades de seus usuários, alunos e trabalhadores. Espera-se que as instituições de ensino, como entidades responsáveis, devem estar preparadas para atender ao “tripé da sustentabilidade”. De acordo com John Elkington (1990) o “tripé da sustentabilidade”, é formado por aspectos econômicos, sociais e ambientais (BOFF, 2012). É necessário que todos os aspectos sejam atendidos, caso contrário não é possível o alcance da sustentabilidade.

A sustentabilidade, de acordo com Sachs (1991), constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão. Qualquer definição de sustentabilidade tem que incluir a habilidade para evitar, ou mais comumente resistir, a essas tensões e choques. Já a dimensão positiva da sustentabilidade social está em sua capacidade para prever, adaptar e aproveitar mudanças no ambiente físico, social e econômico (CHAMBERS e CONWAY, 1992).

Assim, a sustentabilidade nos dois centros de ensino da IFES pesquisadas está vinculada à capacidade dos gestores conservarem ou aumentarem sua qualidade de vida mantendo e garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência. Almeida (2002 apud CLARO; CLARO, AMÂNCIO, 2008, p. 290), acredita que “a dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, como habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa como o externo”. Nesta perspectiva, a dimensão social está ligada aos reflexos causados pelas ações sociais realizadas pelas instituições, no entanto a sustentabilidade foca nos benefícios proporcionados à sociedade como um todo, não apenas à instituição em si.

3.2 ACESSIBILIDADE

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948) fundamentou as discussões acerca da acessibilidade para então, surgirem os acordos universais existentes sobre o assunto, como por exemplo, a Convenção ONU sobre os direitos humanos, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, a Declaração de Salamanca, entre outras que o Brasil é signatário. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 1º, afirma que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. A acessibilidade é um direito de todas as pessoas nos lugares de uso comum, inclusive no acesso às instituições de educação, seguindo o direito universal de ir e vir pertencente a todo cidadão, independente de suas condições físicas. Ela tem sido definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos (ABNT, 2004).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT -, por meio da NBR 9050 de 1994, estabelece normas para a acessibilidade de pessoas com deficiência em relação a edificações, espaços físicos, mobiliários e equipamentos urbanos e arquitetônicos. De acordo com Aceti (2007, apud Guerreiro, 2011), o que se almeja não é assegurar a aparente igualdade (física ou psicológica), mas sim assegurar a igualdade das coisas, das oportunidades, do acesso (desde a locomoção até a comunicação) e aos meios de informação e ensino.

A acessibilidade na legislação brasileira é lembrada pelo Decreto Lei nº 5.296/04, o qual regulamenta a Lei nº 10.048/00 a qual trata acerca da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros que especifica e a Lei 10.098/00, que dispõe e estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Em seu art. 20 a Lei 10.098/2000 coloca que “o Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas”. Este é apenas um exemplo da redação que garante o acesso das PcD aos lugares público, incluindo as

instituições de ensino. Estes são alguns exemplos da tentativa do Estado de melhorar e possibilitar o acesso das pessoas com deficiência à educação.

Ainda entre a legislação vigente, acerca do ensino superior, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais da educação superior. Ainda, o Decreto nº 7.612, também de 17 de novembro de 2011, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que apresenta quatro eixos de atuação em seu Art. 4º: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade tanto física, como de comunicação e afetividade. Segundo o sítio eletrônico do plano, o mesmo tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência.

Para Mazzoni (2003), é possível observar, devido a esse volume de métodos e legislação, que a preocupação com a acessibilidade no Brasil está sendo considerada de uma forma mais ampla. Um dos desejos das pessoas com deficiência é que seja atendido o desenho universal. De acordo com Van der Vordt (1997) a preocupação em se atender o conceito de desenho universal deve-se à forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. Segundo Benvegnú (2009) Desenho Universal “significa superar o estigma da diferença com que tradicionalmente se tratou a pessoa com deficiência. Supõe o entendimento de que a diversidade humana é a norma e não a exceção”. Os problemas enfrentados por alunos com limitações oriundas de deficiência para poderem estudar em cursos superiores nos Centros de Ensino, e a atenção dispensada a eles pelas IES, estão abordados na análise da pesquisa.

3.3 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Os sistemas de gestão ambiental entram no contexto das instituições para que estas supram sua necessidade de conservação ambiental, mediante esses sistemas, as entidades têm um auxílio para identificar os impactos gerados por suas ações no ambiente em que estão inseridas, proporcionando a melhoria contínua ao longo do tempo.

3.3.1 GAIA – *Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais*

O GAIA (Gestão dos Aspectos e Impactos Ambientais): trata-se de um instrumento para demonstrar o desempenho ambiental das organizações, proporcionando o atendimento à legislação, por ter como base a ISO 14.000, que visa à melhoria contínua e a prevenção. O GAIA tem como foco a sustentabilidade ambiental, por meio do estudo dos processos e da relação da organização com o meio ambiente, seus aspectos e impactos ambientais (LERÍPIO, 2001). De acordo com Araújo et al. (2007) o GAIA é uma ferramenta que busca motivar as pessoas para a melhoria do desempenho ambiental, com todos os pressupostos básicos reconhecidos pela NBR ISO 14.001.

O GAIA, de acordo com Lerípio (2001, p. 68) constitui-se de três fases distintas: sensibilização, conscientização e capacitação ou qualificação. De acordo com Uhlmann (2011), a primeira visa viabilizar a adesão e o comprometimento da alta administração com a melhoria contínua do desempenho ambiental e também fornecer a estes gestores o nível atual do desempenho ambiental da empresa, nesse contexto também visa definir a missão, visão, política e objetivos organizacionais e, ainda, sensibilizar os afetados para a causa ambiental. Já na segunda fase busca identificar a cadeia de produção e consumo e os principais aspectos ambientais, especialmente os gerados pelo processo produtivo da organização. Como atividades desta fase têm-se o mapeamento da cadeia de produção e consumo, bem como do macrofluxo do processo, além do estudo de entradas e saídas dos processos e do inventário de aspectos e impactos ambientais. A terceira e última fase tem por finalidade qualificar os

colaboradores para definir e implementar as melhorias no desempenho ambiental, por meio da identificação de oportunidades de melhoria, do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e, por último, realizar o planejamento. Na mesma linha, evidenciando a gestão ambiental, tem-se o SICOGEA, o qual é apresentado no item 2.4.2.

3.3.2 SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental

O SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental é uma ferramenta de gestão voltada para a contabilidade e controladoria ambiental. O modelo foi concebido a partir do Método de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais–GAIA, citado anteriormente, que demonstra o desempenho ambiental das organizações com base na ISO 14.000 (LERÍPIO, 2001). O SICOGEA é consequência da Tese de Doutorado de Dahmer Pfitscher (2004), o sistema é composto de três etapas, que envolvem Integração da Cadeia, Gestão do Controle Ecológico e Gestão da Contabilidade e Controladoria. Esta última etapa constituída de três fases que envolvem a investigação, mensuração e avaliação (PFITSCHER, 2009). Conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Etapas do SICOGEA

Etapas da Proposta	Descrição
Integração da Cadeia	Envolvimento da cadeia produtiva. Alinhamento da cadeia de suprimentos envolvendo a identificação das necessidades dos clientes e fornecedores.
Gestão de Controle Ecológico	Implementação da gestão ecológica e dos processos para a certificação.
Gestão da Contabilidade e Controladoria Ambiental	Avaliação dos efeitos ambientais capazes de relacionar aspectos operacionais, econômicos e financeiros da gestão (investigação e mensuração); avaliação dos setores da empresa (informação) e implementação de novas alternativas para a continuidade do processo (decisão).

Fonte: Pfitscher (2004) *apud* VARGAS. *et al.* (2010, p. 12).

Para Pfitscher (2004 p. 104) o SICOGEA “trata-se de um sistema complexo, onde os gestores devem trabalhar numa linha de conscientização na preservação do meio ambiente com redução de impactos nocivos e probabilidades de sustentabilidade das empresas envolvidas.” Ainda a autora coloca que “este sistema surgiu da necessidade de diagnosticar uma empresa rural como unidades de negócios, que valoriza o meio ambiente com preocupação na sustentabilidade e na competitividade do mercado, e auxiliar os processos produtivos, com controles e prevenção”. Vale citar que primeiramente a aplicação do SICOGEA ocorreu numa cadeia produtiva de arroz ecológico, e em seguida foram aplicados em empresas do ramo de cosméticos, têxtil, hospitais entre outros.

Visando garantir a fidedignidade e respaldo para os resultados expressos pelo índice fornecido pelo SICOGEA, Nunes (2010) e Uhlmann (2011) propuseram melhorias ao sistema, que recebeu as definições Geração 2 (NUNES, 2010) e Geração 3 (UHLMANN, 2011). Nunes (2010) percebeu que o SICOGEA era aplicado apenas em um setor específico de atividade econômica e então generalizou a nomenclatura utilizada no fluxo estrutural do elenco de seuselementos constituintes através da adoção das seguintes reformulações: alteração da estrutura da lista de verificação, a forma de resposta do questionário na escala de zero a cinco, a perspectiva de enquadrar a questão como N/A (“Não se Aplica” à organização), a atribuição de pontos por questão, e a criação de uma nova metodologia de cálculo do grau de sustentabilidade.

O mesmo autor ainda propõe novo conceito para a primeira dimensão, ampliando a ideia de “*processo produtivo*” para “*cadeia de valor*”. A terceira dimensão aplicada no presente estudo – Gestão da Contabilidade e Controladoria Ambiental – foi subdividida em três estágios de execução: (i) investigação e mensuração; (ii) informação e (iii) decisão. Ainda mais, a sustentabilidade passou a ser classificada como péssima, fraca, regular, boa ou ótima.

As melhorias propostas por Nunes (2010) e Uhlmann (2011) incluem a alteração do tipo de respostas admitidas no *check-list*. A partir da Geração 2 as respostas assumem ponderações e uma escala Likert de 5 pontos, onde o entrevistado pode ponderar de 0 a 100% o quanto a entidade desenvolve cada ação questionada pelo *check-list*. Além disso, cada questionamento do *check-list* passa a receber uma pontuação definida pelo pesquisador/consultor, como forma de considerar o impacto de cada item na avaliação da sustentabilidade da organização. Tais alterações foram as mais significativas apresentadas, mas além destas houve alterações de nomenclatura e no plano resumido de gestão ambiental, aprimorada, com a Geração 3. (UHLMANN, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção aborda-se a caracterização da amostra com o uso do SICOGEA Geração 2 quanto a acessibilidade para a análise dos dados. Tendo sido o universo da pesquisa delimitado os centros A e B de uma IFES Catarinense.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA IFES PESQUISADA

A IFES pesquisada foi criada, em dezembro de 1960, no estado de Santa Catarina. A IFES contava, então, com 847 alunos e 49 docentes provindos de sete faculdades isoladas que inicialmente a compuseram, junto com uma nova faculdade. As faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Ciências Econômicas tinham suas raízes no Instituto Politécnico, fundado em 1917 com apoio do governo estadual. Atualmente, é considerada a quinta melhor instituição de ensino superior da América Latina pelo *Webometrics Ranking of World Universities*, oferecendo 83 cursos de graduação, 88 cursos de pós-graduação em sentido amplo e 81 em sentido estrito, nos seus 11 Centros de Ensino distribuídos em seu campus.

Os Centros de Ensino, objetos deste estudo, fazem parte do complexo de onze centros. Atendem em torno de 4.000 alunos de graduação distribuídos em 6 cursos presenciais, mais de mil alunos de graduação na modalidade à distância. O centro de ensino A conta com 911 alunos de graduação em um único curso, e o centro de ensino B com 3.359 alunos de graduação distribuídos em 5 cursos.

O Centro de ensino B, conta ainda com dois laboratórios de informática que podem ser utilizados por todos os alunos da IFES. O Centro de Ensino A encontra-se em funcionamento desde a criação da IFES no estado. Até 1986 os centros A e B eram apenas um centro, mas nesta data foram desmembrados e assim permanecem funcionando. A acadêmica participante da pesquisa é aluna regular de um dos cursos presenciais oferecidos por um dos centros e utiliza a infraestrutura de acesso de outro.

4.2 ACESSIBILIDADE DOS CENTROS PESQUISADOS

4.2.1 Investigação e mensuração centro A e B

Nesse item buscou-se conhecer as condições de acessibilidade do centro de ensino A e B. O Quadro 5 apresenta as questões apresentadas ao respondente, e as devidas respostas já com a pontuação atribuída pelo pesquisador sobre o centro de ensino A. E o Quadro 6, apresenta as questões do centro de ensino B.

Quadro 5: Questionário Centro de Ensino A

Critério 3 – Prestação do Serviço - Atendimentos ao Acadêmico		0%	20%	40%	60%	80%	100%	0	Pontos Possíveis	Pontos Totais
		0	1	2	3	4	5	NA		
1	Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?			X					3	1,2
2	Existem condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
3	As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
4	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
5	Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
6	Existem banheiros apropriados para Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
7	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?					X			5	4
8	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes Pessoas com Deficiência (PcD) referentes à realização de eventos (científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação, produção científica)?					X			5	4
9	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD) nos processos decisórios?							X	3	0
10	O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
11	A condição estética do Centro transparece o cuidado com o meio ambiente interno (floreiras, jardinagem, bancos para descansos, áreas para relaxamento)?					X			1	
12	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?					X			1	0,8
13	Há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados a área social e ambiental?							X	1	0
14	Há colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para alunos Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
15	Há banheiros com reaproveitamento da água?							X	1	0
SUBTOTAL		0	0	1	0	4	2	8	55	20

Fonte: Elaborado pelas autoras (2013).

Quanto ao primeiro aspecto, que aborda a organização e as condições dos locais destinados ao atendimento aos acadêmicos identificados como Pessoas com deficiência (PcD), o escore obtido foi de 40%. Logo, os locais destinados a este fim não podem ser considerados em boas condições, visto que o acesso de cadeirantes é prejudicado, por exemplo, nos balcões de atendimento. E sobre o fato de existirem, na instituição, condições adequadas às políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, e a relação destas políticas públicas e com o contexto social, não houve resposta da acadêmica acerca desse ponto.

A pergunta que trata das condições das salas de aula, se estas são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para Pessoas com deficiência (PcD), a avaliação obtida foi ótima, obteve 5 pontos dos 5 possíveis, ou seja, 100%. A pergunta seguinte que trata sobre a condição dos laboratórios não obteve resposta.

A quinta questão envolve aspectos relacionados à responsabilidade social, pois trata acerca da acessibilidade das pessoas com deficiência, neste caso os cadeirantes, às instalações oferecidas pelo curso. O item foi avaliado como ótimo, conquistando 100% dos pontos possíveis.

Já em relação à sexta pergunta, a qual trata acerca dos banheiros adaptados, a respondente não pode dar sua resposta visto que nunca utilizou o banheiro do referido centro de ensino.

Quanto aos aspectos relacionados à quantidade e qualidade das instalações gerais para o ensino, pesquisa, prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e laboratórios didáticos e de pesquisa serem adequadas, o índice foi 80% o que é considerado bom.

Sobre a pergunta oito, acerca da disponibilidade de programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes quanto à realização de eventos científicos, técnicos, esportivos e culturais, bem como divulgação de produção científica para pessoas com deficiência, o escore alcançado foi de 80%, atingindo nível bom.

A pergunta nove discorre sobre a representatividade dos acadêmicos com deficiência junto aos colegiados, a sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Não houve obtenção de pontuação visto que a entrevistada não respondeu.

O item dez trata da quantidade e qualidade de espaços como cantina, centro para cópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para pessoas com deficiência. Este quesito também não obteve resposta, visto que o centro não dispõe desses serviços.

Sobre a condição estética de o centro transparecer o cuidado com o meio ambiente interno como floreiras, jardinagem, bancos para descanso, áreas para relaxamento (pergunta 11), o aspecto obteve avaliação bom, com escore de 80%.

A pergunta 12 questiona sobre a manutenção adequada, seja em quantidade ou qualidade, dos espaços físicos da instituição. O item obteve avaliação boa, com 0,8 pontos de um possível. O décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto quesitos não obtiveram respostas na avaliação da acadêmica.

Quadro 6 : Questionário Centro de Ensino B

Critério 3 – Prestação do Serviço - Atendimentos ao Acadêmico		0%	20%	40%	60%	80%	100%	0	Pontos Possíveis	Pontos Totais
		0	1	2	3	4	5	NA		
1	Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				3	1,8
2	Existem condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?					X			5	4
3	As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
4	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?		X						5	1
5	Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
6	Existem banheiros apropriados para Pessoas com Deficiência (PcD)?	X							5	0
7	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?					X			5	4
8	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes Pessoas com Deficiência (PcD) referentes à realização de eventos (científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação, produção científica)?					X			5	4
9	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD) nos processos decisórios?							X	3	0
10	O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
11	A condição estética do Centro transparece o cuidado com o meio ambiente interno (floreiras, jardinagem, bancos para descansos, áreas para relaxamento)?					X			1	0,8
12	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?					X			1	0,8
13	Há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados a área social e ambiental?					X			1	0,8
14	Há colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para alunos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
15	Há banheiros com reaproveitamento da água?							X	1	0
SUBTOTAL		1	1	0	3	6	2	2	55	33,2

Fonte: Elaborado pelas autoras (2013).

Assim como no questionário anteriormente apresentado, primeiro serão abordadas as pontuações obtidas e em seguida os comentários pertinentes às questões relevantes. Quanto ao primeiro aspecto, que aborda a organização e as condições dos locais destinados ao atendimento acadêmico, o escore obtido foi de 60%. Assim, esses locais podem ser considerados em condições regulares.

Acerca da questão dois, sobre o fato de existirem, na instituição, condições adequadas às políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, e a relação destas políticas públicas e com o contexto social, o escore obtido foi de 80%.

O subcritério três, o qual questiona as condições das salas de aula, se estas são arejadas e apropriadas à atividade de ensino, o resultado foi ótimo. Os mesmos aspectos considerados no subcritério anterior foram questionados na quarta pergunta sobre os laboratórios de ensino/pesquisa, e estes obtiveram escore 20%. Apesar do centro de ensino dispor de laboratórios, estes não possibilitam que pessoas com deficiência, que necessitem de cadeiras de rodas, tenham acesso aos computadores.

O subcritério cinco, que questiona a acessibilidade da infraestrutura (prédios) as Pessoas com deficiência (PcD), foi avaliado como regular, conquistando 60%.

O subcritério seis tratou da disponibilidade de banheiros adaptados para pessoas com deficiência, a avaliação obtida foi péssima, com nenhum ponto obtido dos cinco possíveis.

Quanto aos aspectos relacionados à quantidade e qualidade das instalações gerais para ensino, pesquisa, prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e

laboratórios didáticos e de pesquisa serem adequadas, o escore obtido foi 80% o que classifica o subcritério como bom.

Sobre haver a disponibilidade de programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes com deficiência (PcD) quanto à realização de eventos científicos, técnicos, esportivo se culturais, bem como divulgação de produção científica, o escore alcançado foi de 80%, atingindo nível bom.

A pergunta nove discorre sobre a representatividade dos acadêmicos com deficiência junto aos colegiados, a sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Não houve obtenção de pontuação visto que a acadêmica não respondeu a questão.

O item dez trata da quantidade e qualidade de espaços como cantina, centro para cópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para acadêmicos com deficiência. Este quesito obteve classificação regular, obtendo 60% dos pontos, pois, assim como no centro de ensino A, não há cantina no centro para que os acadêmicos possam fazer um lanche nos intervalos. Não há livraria própria, apenas a Biblioteca Central comum a todos os centros da instituição. Há apenas um local para se providenciar cópias, o que causa grandes filas, principalmente em épocas como no início do semestre e nas datas de entrega de monografias. Quanto aos caixas eletrônicos, esses estão disponíveis no hall do centro de ensino B, entretanto são apenas duas das principais instituições bancárias.

O item 11 questiona sobre a condição estética do centro, se transparece o cuidado com o meio ambiente interno como flores, jardinagem, bancos para descanso, áreas para relaxamento, a pergunta obteve avaliação bom, com escore de 80%. O subcritério 12 questiona sobre a manutenção adequada tanto em quantidade como qualidade dos espaços físicos da instituição. O item obteve avaliação boa, com 80%. O quesito 13 questiona a percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados à área ambiental e social. A avaliação incorrida foi boa, com escore de 80%.

Acerca da colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para pessoas com deficiência, a avaliação foi ótima, atingindo 100% no escore possível. Já o último subcritério, a pergunta 15, buscou saber sobre a percepção dos alunos quanto à existência de banheiros com algum sistema de reaproveitamento da água. Mas, a aluna não respondeu.

Quadro 7 – índice geral de sustentabilidade centro de ensino A e B

Índice geral de sustentabilidade	
Centro de Ensino A	36%
Centro de Ensino B	60%

Após a análise dos dados utilizando o SICOGEA – Geração 2, pode-se chegar ao índice geral de sustentabilidade dos dois centros pesquisados. O índice do centro de ensino A foi de 36%, logo o cenário geral do centro de ensino quanto à sustentabilidade foi classificado como fraco, e conforme o método SICOGEA- Geração 2 pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas. Já no centro de ensino B o índice de sustentabilidade foi de 60%, logo o cenário geral deste centro quanto à sustentabilidade foi classificado como regular o que, de acordo com o SICOGEA – Geração 2, atenderia apenas à legislação vigente.

Observou-se que entre os subcritérios pesquisados no Centro de Ensino A merece, em primeiro plano, revisão quanto aos aspectos de sustentabilidade, por ter obtido a menor pontuação: a organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Observou-se, para o centro de ensino B, que entre os itens que merecem atenção, em primeiro plano, devido a baixa pontuação, estão: os laboratórios de ensino/pesquisa que não

são apropriados para acadêmicos com deficiência e o fato de que alguns dos banheiros são adaptados para cadeirantes entretanto o uso não é apropriado para pessoas com deficiência.

3.3.4 Plano Resumido de Gestão Ambiental – 5W2H

Com o auxílio deste instrumento, aplicado de forma correta, pode-se realizar várias ações ligadas ao meio ambiente e que estejam ao alcance da gestão. Logo, a partir da lista de verificação, foi possível construir um plano de gestão ambiental para que o centro de ensino reestruturem aspectos deficitários. O plano de gestão demonstrado no Quadro 8 apresenta ação que traz melhoras para o centro de ensino e para a PcD.

Quadro 8 - Plano resumido de gestão ambiental

O quê?	Implementação de um elevador.	
Por quê?	Para facilitar o acesso dos alunos com deficiência que atualmente precisam se deslocar ao centro de ensino A para ter acesso aos demais andares do centro de ensino B.	
Quando?	Início	Em 1 ano.
	Duração	A partir da implantação em diante.
Onde?	No centro de ensino B.	
Quem?	Ação dos gestores do centro de ensino B e da IFES.	
Como?	Fazer o projeto básico, esperar a aprovação do setor responsável pelas obras na IFES, licitação, construção.	
Quanto custa?	Valor não orçado.	

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.99).

A partir da realização desses planos e do atendimento algumas necessidades, será possível que se eleve a sustentabilidade do centro de ensino a uma categoria superior, e assim corrobora com a busca de uma melhoria contínua dentro da organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a sustentabilidade ambiental de dois centros de ensino de uma IFES Catarinense, através da aplicação de uma das fases do sistema SICOGEA – Geração 2. Constatou-se, seguindo os dados obtidos com a lista de verificação, uma sustentabilidade ambiental de 36% no centro de ensino A, ou seja, índice considerado fraco de acordo com o sistema aplicado e 60% no centro de ensino B, o que é considerado regular.

Assim, quanto à pergunta de pesquisa a problemática deste trabalho ficou resumida na seguinte questão problema: “Como se encontra a sustentabilidade quanto a acessibilidade em dois Centros de Ensino de uma IFES Catarinense?”. Portanto o objetivo geral deste trabalho - avaliar a sustentabilidade quanto a acessibilidade em dois Centros de Ensino de uma IFES Catarinense Pública quanto aos aspectos de acessibilidade – foi atingido uma vez que se concluiu que para responder a esta questão aplicou-se uma lista de verificação direcionada à portadora de deficiência que faz uso dos Centros de Ensino da Instituição de Ensino Superior. O intuito era que esta avaliasse alguns quesitos pela sua percepção acerca do assunto.

Diante desse cenário, cabe aos centros de ensino da IFES tomar iniciativas e adaptarem suas práticas à acessibilidade e à sustentabilidade, visto que as universidades devem atuar como entidades que se antecipem às demandas futuras, para, ao desempenhar suas atividades, atenderem à necessidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que está inserida.

Observou-se pouca preocupação e conscientização com as questões sociais e ambientais. Não foi constatada nos centros uma preocupação com a economia de água e energia. Acredita-se que os centros, principalmente o centro A, devem preocupar-se mais com as questões socioambientais e realizar algumas mudanças para que haja um maior envolvimento com as necessidades de pessoas com deficiência.

Observa-se na sociedade um elevado grau de preocupação e conscientização com as questões socioambientais, legislações e acordos acerca do tema da acessibilidade refletem essa realidade. Em função disso, as instituições de ensino devem estar voltadas para atender essa demanda e se adequarem a realidade, não somente da legislação atual, mas também aliá-la às questões tidas como importantes pela população com deficiência. Assim, busca-se a acessibilidade e a sustentabilidade para alcançar o desejo das PcD pela inclusão no sistema de ensino superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas – Norma Brasileira 9050/2004, válida a partir de 31/06/2004.

ACETI, D. C. S. **O amparo legal aos portadores de necessidades especiais**. Anuário de Produção Acadêmica Docente - ANUDO, v. 1, n. 1, p. 207-214, 2007. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/anudo/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 30 set. 2013.

ANDRADE, M.S.A.; et al. **Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior**. 2007. Artigo eletrônico. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista>>. Acesso em: 30 set. 2013.

ARAÚJO, A. P. L. *et. al.* **Gestão de Aspectos e Impactos Ambientais em um condomínio com envolvimento da Contabilidade Ambiental**. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 1, 2007, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BENVEGNÚ, Elaine Maria. **Acessibilidade espacial Requisito para uma escola inclusiva Estudo de caso – Escolas Municipais de Florianópolis**. 2009. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis.

BOFF, L. **Desenvolvimento sustentável: crítica ao modelo padrão**. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrão/>> Acesso em: 24 ago. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

_____. Educação especial e o atendimento educacional especializado. Decreto nº. 7.611/2011. Brasília, DF, 2011

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro 2000. Seção 1, p. 2.

CASTELLS, Manuel. (1999), "Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede", in M. Castells, O poder da identidade, (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência:** uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

CHAMBERS, Robert e CONWAY, Gordon R. **Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century.** Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

GUERREIRO, E. M. B. R. **A acessibilidade e a educação:** um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, Londrina, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **GAIA:** um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MAZZONI, Albert Angel. **Deficiência x participação:** um desafio para as universidades. 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NUNES, João Paulo de Oliveira. **Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental:** elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/InternationalLaw.aspx>>. Acesso em: 01 out. 2013.

ONU, Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863>. Acesso em: 30 out. 2013

PFITSCHER, E. D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental:** estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. Florianópolis, 2004, 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarryet *al.* **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desarrollosustainable, bio-industrialización descentralizada y nuevasconfiguraciones rural-urbanas.** Los casos de India y Brasil.

PensamientoIberoamericano 46, 1990. p. 235-256.

UHLMANN, Vivian Osmari. **Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – Geração 2:** proposição da terceira geração do método. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VAN DER VORDT, D.J.M., **Design for all:** Towards a barrier free environment for everyone. Cadernos Técnicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. 1997.

WISSMANN, Martin Airton. **Uma proposta para elaboração do balanço social.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.